

Izabel Cristina Pinheiro Cardoso Pantaleão Ferreira

PREQUESTIONAMENTO E MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA

**A COGNIÇÃO DE OFÍCIO DAS
MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA NOS
RECURSOS EXCEPCIONAIS**

Porto
Editorial Juruá
2019

Visite nossa página na web
www.editorialjuruia.com
e-mail: internacional@juruia.net

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

JURUÁ
EDITORIAL

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Tel: +351 223 710 600

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Tel: +55 (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

ISBN: 978-989-712-552-2

Depósito Legal: 449869/18

Editores: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Francine Marie Carvalho de Oliveira

1224513

FERREIRA, Izabel Cristina Pinheiro Cardoso Pantaleão, 1981-

**Questionamento e matérias de ordem pública : a cognição de ofício das
matérias de ordem pública nos recursos excepcionais**

ISBN 978-989-712-552-2

CDU 347

00003

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	15
INTRODUÇÃO	17
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA	21
1.1 MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA NO DIREITO MATERIAL ...	31
1.2 MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA NO DIREITO PROCESSUAL.....	38
1.2.1 Pressupostos Processuais.....	44
1.2.2 Condições da Ação.....	48
1.2.3 Nulidades.....	55
1.3 COGNIÇÃO DE OFÍCIO DAS MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA. PRECLUSÃO.....	59
1.4 O CONTRADITÓRIO E AS MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA	64
1.5 CONCEITO DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA DE NATUREZA PROCESSUAL.....	69
2 APONTAMENTOS SOBRE OS RECURSOS EXCEPCIONAIS	71
2.1 NOÇÕES GERAIS SOBRE OS RECURSOS EXCEPCIONAIS ...	71
2.2 O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	79
2.3 ESTUDO DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E DO RECURSO ESPECIAL.....	90

2.4	REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS	100
2.5	EFEITOS DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS	122
3	PREQUESTIONAMENTO: REQUISITO COMUM A AMBOS OS RECURSOS	125
3.1	CONCEITO E ORIGEM SOBRE O PREQUESTIONAMENTO. O PREQUESTIONAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO	125
3.2	O PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO E EXPLÍCITO	145
3.3	O PREQUESTIONAMENTO DUPLO	150
3.4	CASOS DE DISPENSA DO PREQUESTIONAMENTO	150
4	O PREQUESTIONAMENTO E AS MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA NOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	159
4.1	O EFEITO DEVOLUTIVO NOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	160
4.1.1	Não Incidência do Efeito Translativo nos Recursos Especial e Extraordinário	164
4.1.2	Incidência do Efeito Translativo Quando o Recurso Especial ou Extraordinário for Admitido por Outro Fundamento..	169
4.1.2.1	O art. 1.034 do CPC/2015, a Súmula 456 do STF e o art. 257 do RISTJ.....	171
4.1.3	Incidência do Efeito Translativo nos Recursos Especial e Extraordinário	175
4.2	A DISPENSA DO PREQUESTIONAMENTO COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE PARA O CONHECIMENTO DE OFÍCIO DAS MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA EM SEDE DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS.....	180
	CONCLUSÃO	189
	REFERÊNCIAS	193
	ÍNDICE REMISSIVO	199